

Prova de Economia 4Intelligence - Candidata: Suelene Mascarini

1. Como você espera que seja a retomada da economia brasileira? Deveremos observar movimentações distintas a depender do setor e da região do país? Por quê? Desenvolva

A retomada da economia em 2021 provavelmente será lenta e deve depender em grande parte da capacidade de controlar a crise na saúde, o alto desemprego e a capacidade de planejamento e de estímulos estratégicos. A incerteza permanece grande sobre o ritmo de crescimento e será diretamente afetado pelo fim dos programas governamentais emergenciais de manutenção de renda.

Nesse contexto, espera-se que as movimentações sejam distintas a depender do setor e de cada região do Brasil. Por exemplo, a situação cambial pode impactar negativamente em alguns setores, mas positivamente em outros. A exemplo, a pauta de exportação do Brasil é basicamente de commodities minerais, como petróleo cru e minério de ferro, e commodities agrícolas, como soja em grãos e farinha. Se focarmos nas commodities agrícolas, pode-se esperar que a taxa de câmbio elevada impacte positivamente no PIB das regiões exportadoras, dado que esses são produtos que tendem a ter demanda inelástica, mantendo um nível razoável de exportações, mesmo com a demanda mundial agregada retraída. Além disso, espera-se que as exportações desses produtos cresçam dado que a demanda mundial tende a se elevar com a vacinação, que está se iniciando em diversos países. Assim, os setores que foram mais diretamente afetados pela pandemia, mesmo com a recomposição de renda gerada pelos programas do governo, como o auxílio emergencial e a liberação do fundo de garantia, devem continuar achatados. Além disso, é preciso lembrar que cada setor possui suas peculiaridades econômicas, e alguns possuem maior capacidade de gerar emprego ou renda do que outros. Essa questão está associada à posição na cadeia produtiva de cada um. Atividades à montante na cadeia tem baixa capacidade de geração de emprego e os salários pagos são baixos.

Outra questão importante a se notar é que 70% do PIB brasileiro está associado ao setor terciário, em que encontramos os serviços, que foi o mais impactado durante a pandemia. Assim, a retomada da economia brasileira irá depender muito de como esse setor irá se comportar. E tudo isso também se relaciona a localização da produção.

Assim, espera-se que a retomada das regiões também esteja associada às especificidades tanto em termos de capacitações como em termos setoriais. Por exemplo, o estado do Amazonas, onde está localizada a zona franca de Manaus, tem apresentado crescimento significativo nos últimos meses puxado pela produção industrial. De acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE¹, em setembro de 2020 a variação percentual na produção industrial no Amazonas foi de 5,8%, acima da média nacional de 2,8%, ficando atrás apenas do estado do Paraná que apresentou o maior crescimento, 7,7% (Figura 1). Esse crescimento no estado do Amazonas tem sido impulsionado pelas atividades produtivas de discos fonográficos, borracha e material plástico, motocicletas e peças produtos de metal e eletroeletrônicos que estão sendo demandado por outros estados. Ou seja, a indústria de Manaus, em maior parte, atende a demandas de outros estados. Assim, os impactos positivos da reabertura de algumas regiões transbordam chegando ao Amazonas. Além disso, a

¹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9296-pesquisa-industrial-mensal-producao-fisica-regional.html?=&t=resultados>

pandemia também gerou um aumento da demanda de produtos eletrônicos, como televisores e celulares que são especialmente produzidos na zona franca de Manaus.

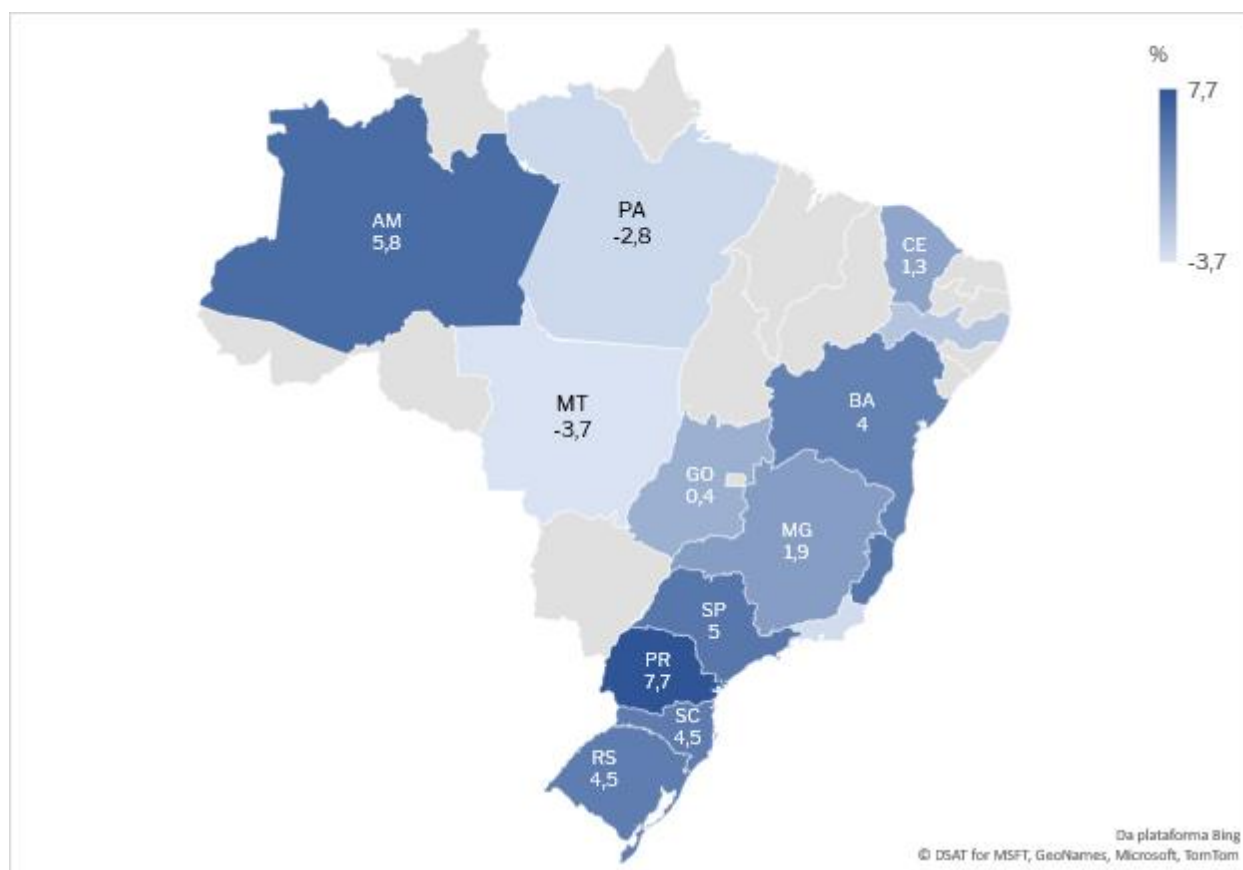


Figura 1: Variação percentual mês/mês imediatamente anterior com ajuste sazonal (Base: mês imediatamente anterior). Elaboração própria a partir dos dados da PIM do IBGE

Em suma, a depender da pandemia, devemos observar sim movimentações distintas do setor e da região do país na retomada da economia brasileira. A principal dúvida em relação ao ritmo da recuperação da economia será o comportamento da demanda.

2. Qual tem sido a importância das recentes políticas de manutenção da renda para o período da pandemia? O que você espera que aconteça após o fim dessas políticas? Comente também em nível regional.

As políticas de manutenção de renda durante o período da pandemia, como o auxílio emergencial e o saque do fundo de garantia, foram importantes para garantir o poder de compra principalmente entre as classes mais pobres. Esse efeito positivo garantiu que o setor mais importante da economia brasileira, o de serviços, que representa 70% do PIB, sofresse menos com o impacto da pandemia.

De abril a outubro de 2020, o governo desembolsou em média mais de R\$ 861,00 por habitante e um montante de mais R\$ 182 bilhões² com o benefício, atingindo mais de 65 milhões de pessoas. Com o fim do programa do auxílio emergencial devemos observar um aumento geral do desemprego no Brasil, ainda que o nível de emprego esteja crescente. Isso porque uma parcela significativa dos brasileiros, com o auxílio, foi deslocada para fora da força de trabalho, com um aumento entre o segundo e o terceiro trimestre de 2020 de 5,7%. Com o

² Disponível em:

http://transparencia.gov.br/beneficios/consulta?tipoBeneficio=6&ordenarPor=municipio&direcao=asc&_ga=2.70826000.1099984453.1607024177-1597566168.1607024177

fim do programa esse deslocamento deve ser revertido e posicionado em força de trabalho desocupada, elevando o indicador do desemprego que se elevou em 1,3% entre o segundo e o terceiro trimestre de 2020. Assim, com o fim do auxílio, o que se prevê é um desaquecimento, em destaque para o setor de varejo que deve ser comprometido, ficando na dependência do nível de emprego e salário. Além disso, a principal, dúvida no que tange a recuperação da economia com o fim dessas políticas é o comportamento da demanda.

Regionalmente, o impacto da pandemia e dos auxílios não ocorre de forma linear e homogênea, muito pelo contrário, é bastante desigual. As figuras 2, 3 e 4 mostram, respectivamente, valor transferido do auxílio emergencial, a variação percentual entre o segundo e terceiro trimestre da população fora da força de trabalho e a variação percentual entre o segundo e terceiro trimestre força de trabalho desocupada.

É possível perceber que os estados do Norte e Nordeste foram os mais dependentes do auxílio emergencial, apresentando valores transferidos per capita acima de R\$ 1.110,00 (Figura 2). Por outro lado, os estados do Sul e Sudeste apresentaram os menores valores, com destaque para Santa Catarina que ocupa a última posição com transferência de R\$541,00 per capita.

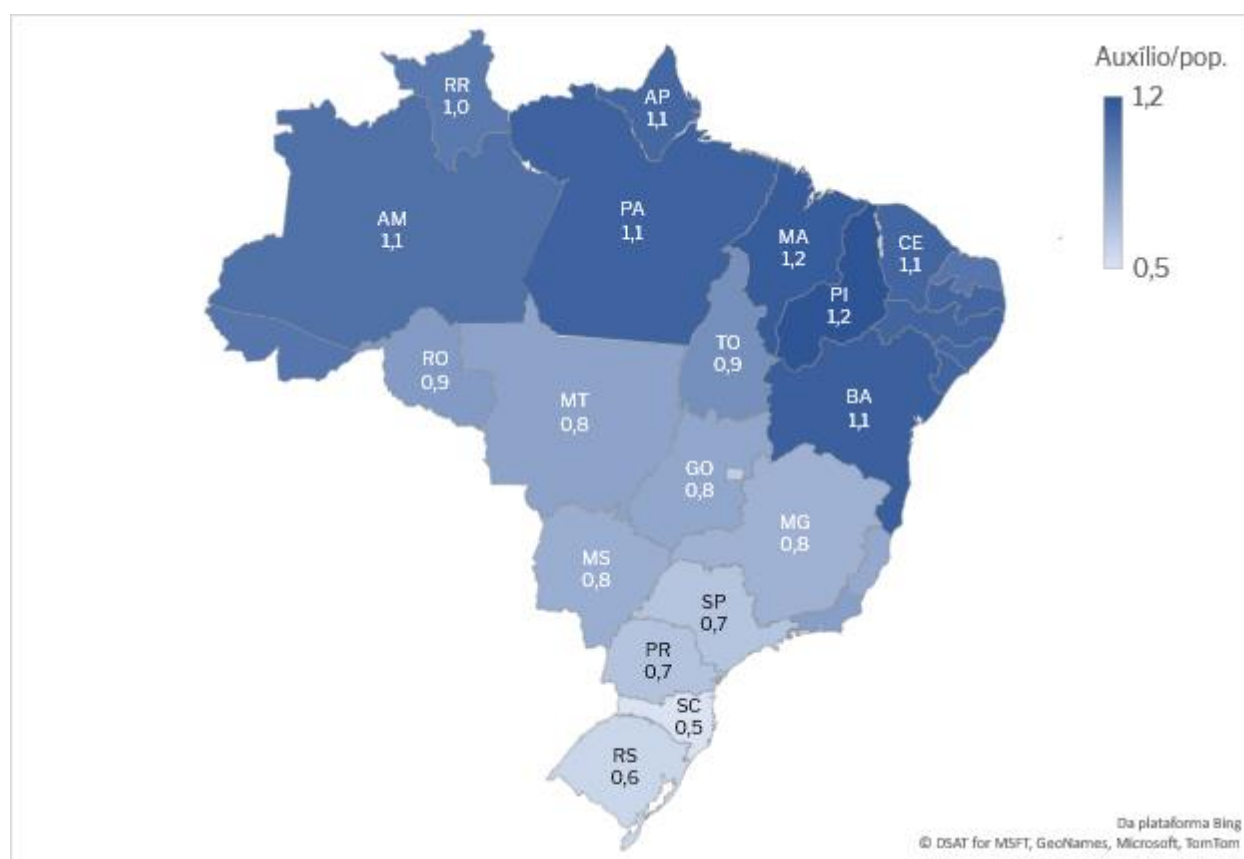


Figura 2: Valor transferido do Auxílio Emergencial per capita (*1.000). Elaboração própria a partir dos dados da transparência e do IBGE

No que tange à variação percentual da participação da população fora da força de trabalho entre o segundo e terceiro trimestres de 2020 (Figura 3), o Piauí e Bahia foram os estados que exibiram as maiores altas, com 9,3% e 8,2%, respectivamente. Na sequência aparecem os estados do Rio Grande do Norte (+8,0%), Amapá (+7,8%) e Ceará (+7,0%).

Os estados do Norte e Nordeste também ocupam as primeiras posições quando avaliamos a variação percentual da participação da força de trabalho desocupada entre o segundo e

terceiro trimestres de 2020 (Figura 4). A Paraíba e o Pernambuco foram os mais afetados com +4,0% e +3,8%, respectivamente, na sequência estão Amapá (+3,6%) e Acre (+2,9%).

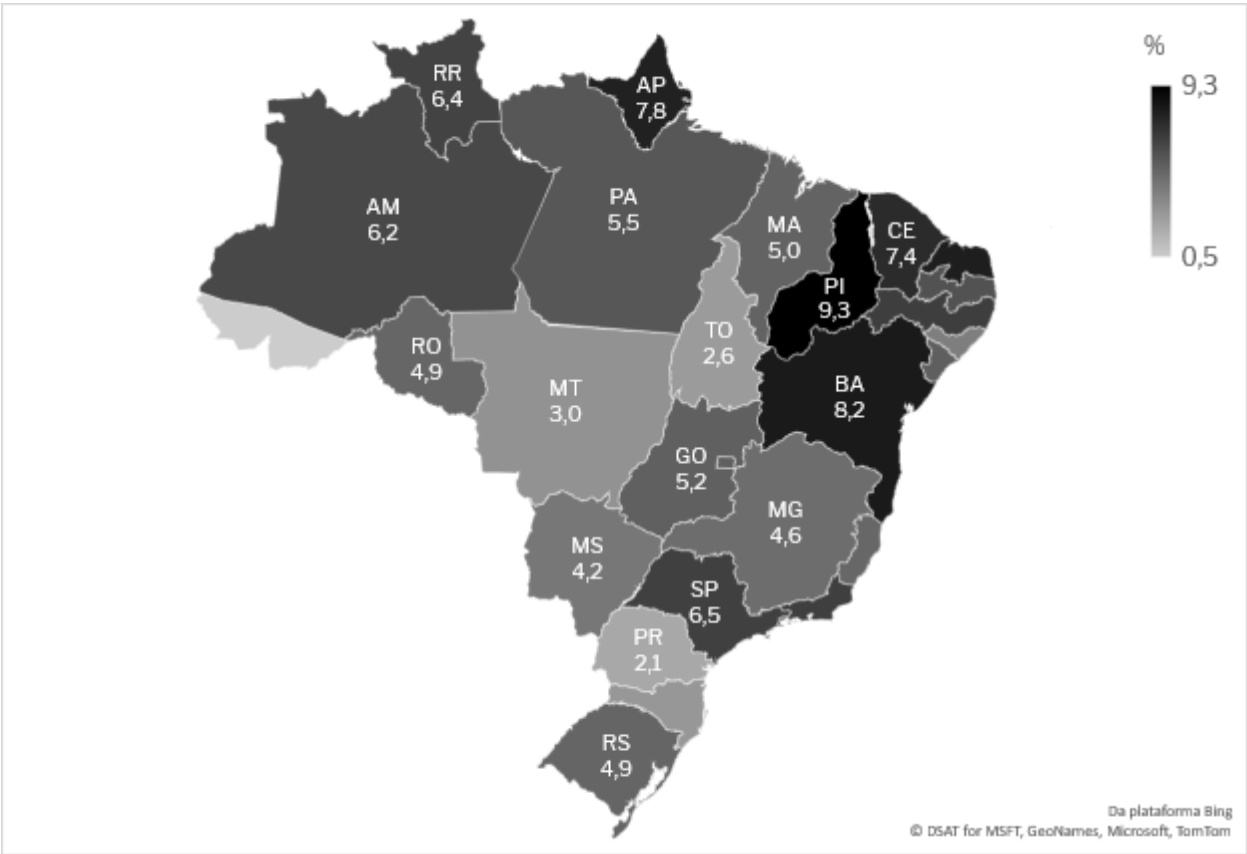


Figura 3: Variação percentual da participação da População Fora da Força de Trabalho entre o 2º e 3º trimestre de 2020. Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

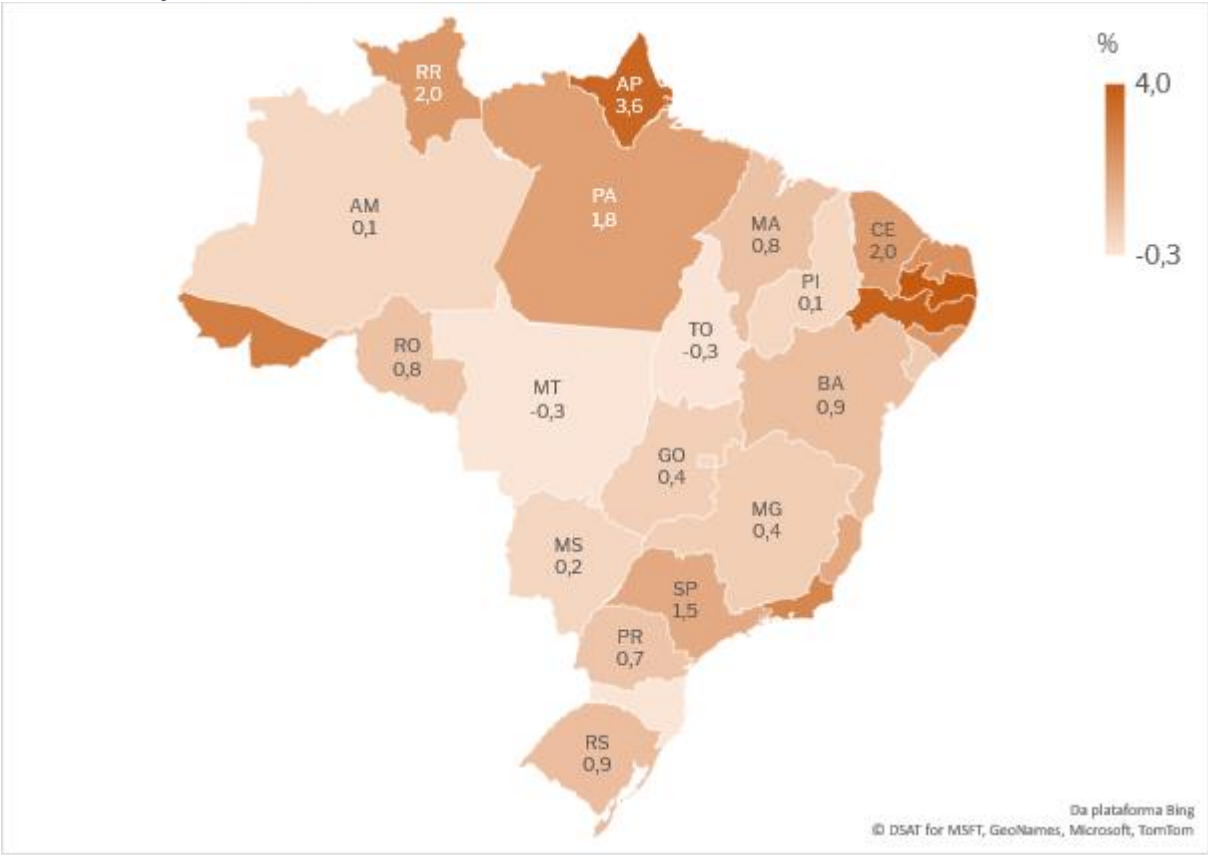


Figura 4: Variação percentual da participação da Força de Trabalho Desocupada entre o 2º e 3º trimestre de 2020. Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

Assim, se no curto prazo, o auxílio emergencial amortece a queda da demanda doméstica, pode elevar a população fora da força de trabalho, principalmente, nos estados do Norte e Nordeste. No longo prazo, o retorno dessa parcela da população para a força de trabalho deve aprofundar ainda mais o desemprego nestas localidades, levando também a uma drástica queda da demanda doméstica.

Portanto, no final dessa política, também será preciso pensar em medidas que possam controlar a queda de arrecadação advinda da queda do consumo, podendo elevar o endividamento dos estados, principalmente do Norte e Nordeste, que sofrerão com a retirada da manutenção da renda. Nesse sentido, é preciso pensar regionalmente como assegurar que as regiões já menos favorecidas não sejam ainda mais fortemente impactadas com o término das políticas de manutenção de renda.

3. Como você acredita que sejam conduzidas as próximas decisões de política monetária?

Na última reunião (28/10/2020), o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) decidiu manter em seu menor patamar histórico a taxa Selic em 2,0% a.a. A decisão segue a direção que os economistas esperavam e a análise, no geral, é de que o comunicado corrobora com um *forward guidance* de que os juros vão continuar baixos. No entanto, permanecem questionamentos do impacto desta medida no patamar da inflação e a preocupação do potencial agravamento do cenário fiscal.

A questão fiscal, antes mesmo da pandemia, já era considerada um “fardo”, de forma que medidas eram pensadas para diminuir os gastos públicos. Diversas reformas, iniciadas pela aprovação da reforma da previdência em 2019, eram discutidas para equilibrar os cofres públicos. Para o ano de 2020, inicialmente, eram discutidas as reformas administrativa, tributária, entre outras que poderiam auxiliar na melhoria das contas públicas. Na contramão das propostas de reformas, em resposta ao cenário da pandemia, ocorreu uma expansão dos gastos públicos, o que dificulta a trajetória fiscal do país.

O aumento do risco fiscal transborda na decisão da manutenção dos juros nos níveis atuais. Isto porque um descontrole nas contas públicas eleva a desconfiança dos investidores, que por sua vez eleva o prêmio de risco demandando taxas de juros mais altas. E, com taxas de juros mais altas, maiores gastos públicos também ocorrem para pagar esses juros elevados.

Levando em conta o cenário internacional, no qual boa parte das principais economias mundiais (costumeiramente mais estáveis e previsíveis que a brasileira) também vem operando com taxas de juros em níveis baixos, o risco das incertezas da economia brasileira se torna menos atrativo com a Selic a 2% a.a. Em relação à inflação, segundo o Banco Central, os recentes aumentos estão relacionados ao choque de oferta de alguns produtos e à depreciação cambial. Apesar da pressão inflacionária no curto prazo, o comitê de política monetária acredita que é um choque temporário. Entretanto, o comunicado de que a inflação deve aumentar no curto prazo deve contribuir para um possível ajuste para cima da taxa de juros em 2021.

Com a descontinuação do auxílio emergencial e o elevado e crescente nível de desemprego, aumenta a incerteza sobre a capacidade de crescimento da economia brasileira em 2021, o que reflete no ciclo de queda da taxa de juros iniciado em julho de 2019 quando a taxa estava em 6,5% a.a.

Em suma, no cenário atual, com pandemia ainda no horizonte, o Banco Central deve permanecer atento à deterioração do cenário fiscal, a picos inflacionários, a depreciação cambial, a contração do PIB, a saída de capitais e a redução da oferta interna de alguns produtos. Entretanto, diante de um cenário ainda de grandes incertezas, tanto o desajuste fiscal atual quanto os recentes índices elevados de inflação devem gerar aumentos paulatinos da taxa Selic durante o próximo ano.